

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Diretoria, ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita de serviços prestados

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3.8 e nº 15 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia é oriunda substancialmente de: (i) prestação de serviços tarifários com gestão da infraestrutura aeroportuária, incluindo serviços de embarque e conexão de passageiros, além de pouso e permanência de aeronaves; e capatazia e armazenamento de cargas; e (ii) prestação de serviços não-tarifários com a exploração de atividades econômicas no espaço aeroportuário. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecida a receita líquida de R\$337.200 mil.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a "organização Deloitte"), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 460.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido: i) aos valores envolvidos; ii) à complexidade inerente ao monitoramento da obrigação de performance para atendimento dos requerimentos estabelecidos pela norma contábil para reconhecimento da receita; e iii) aos requerimentos regulatórios para cumprir com o contrato de concessão relacionados a tarifas praticadas.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receita, considerando a natureza das receitas da Companhia, aspectos vinculados ao contrato de concessão, entre outros; (ii) entendimento e avaliação dos processos e dos controles internos relevantes relacionados ao reconhecimento da receita dos serviços prestados; (iii) envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação de determinado sistema que afeta o reconhecimento contábil da receita; (iv) testes, em base amostral, dos documentos comprobatórios sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas pela Companhia, bem como se elas foram contabilizadas no período de competência correto; (v) projeção, de forma independente, dos saldos da receita com passageiros e aeronaves; e (vi) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente.

No decorrer da nossa auditoria, identificamos ajuste que foi proposto e não corrigido pela Diretoria por ser considerado imaterial, e deficiências de controle relacionadas ao reconhecimento da receita de serviços prestados, que nos levou a alterar a abordagem de auditoria ampliando a extensão e alterando a natureza de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento da receita dos serviços prestados e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

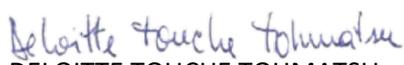
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

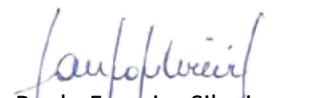
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 15 de maio de 2025


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA


Paulo Ferreira Silveira
Contador
CRC nº 1 BA 028799/O-3

CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVOS E PATRIMONIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	5	299.605	149.617	Fornecedores	9	82.130	60.446
Contas a receber	6	30.510	26.976	Empréstimos e financiamentos	11	53.834	-
Estoque		4.910	3.217	Adiantamento de clientes		7.591	5.270
Impostos a recuperar	7	33.220	30.183	Obrigações trabalhistas		10.285	12.742
Partes relacionadas	10	2.221	465	Partes relacionadas	10	70.349	80.534
Despesas antecipadas		2.310	1.700	Impostos a recolher		4.013	32.946
Adiantamentos diversos		1.644	2.473	Outras contas a pagar		3.334	1.330
Total dos ativos circulantes		<u>374.420</u>	<u>214.631</u>	Total dos passivos circulantes		<u>231.536</u>	<u>193.268</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTES			
Depósito judicial		73	29	Empréstimos e financiamentos	11	1.400.448	940.674
Impostos diferidos	19.ii	21.072	18.117	Provisão para manutenção técnica	12	47.739	40.993
Fundo restrito	11	15.847	-	Provisão para demandas judiciais	13	187	160
Imobilizado		1.459	1.889	Total dos passivos não circulantes		<u>1.448.374</u>	<u>981.827</u>
Ativo de contrato	8	233.765	473.664				
Intangível	8	1.444.503	749.234	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Total dos ativos não circulantes		<u>1.716.719</u>	<u>1.242.933</u>	Capital social	14.1	392.000	278.400
				Reserva de lucros		15.548	4.069
				Dividendos adicionais propostos	14.2.2	3.681	-
				Total do patrimônio líquido		<u>411.229</u>	<u>282.469</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>2.091.139</u>	<u>1.457.564</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>2.091.139</u>	<u>1.457.564</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Receita líquida operacional	15	337.200	277.711
Receita de construção	15	514.406	374.181
		<u>851.606</u>	<u>651.892</u>
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Custo operacional	16	(209.226)	(178.306)
Custo de construção	16	(514.406)	(374.181)
LUCRO BRUTO		<u>127.974</u>	<u>99.405</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	17	(34.591)	(28.505)
Despesas com vendas	17	(161)	(909)
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>17</u>	<u>286</u>
		<u>(34.735)</u>	<u>(29.128)</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		93.239	70.277
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	18	19.594	30.371
Despesas financeiras	18	(87.569)	(69.187)
		<u>(67.975)</u>	<u>(38.816)</u>
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	25.264	31.461	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	19	(12.914)	(9.400)
Diferidos	19	2.955	(33)
		<u>(9.959)</u>	<u>(9.433)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>15.305</u>	<u>22.028</u>
Lucro por ação básico e diluído (em reais - R\$)		<u>0,0408</u>	<u>0,0829</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
LUCRO DO EXERCÍCIO	15.305	22.028
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>15.305</u>	<u>22.028</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Capital social integralizado	Reserva de lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucro ou (prejuízo) acumulados	Patrimônio líquido
			Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		253.600	-	-	-	(17.920)	235.680
Aumento de capital	14.1	24.800	-	-	-	-	24.800
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	22.028	22.028
Destinação do lucro do exercício:							
Constituição de reserva legal	14.2.1	-	205	-	-	(205)	-
Dividendos obrigatórios	14.2.2	-	-	-	-	(39)	(39)
Constituição de reserva de retenção de lucros	14.2.3	-	-	3.864	-	(3.864)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		<u>278.400</u>	<u>205</u>	<u>3.864</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>282.469</u>
Aumento de capital	14.1	113.600	-	-	-	-	113.600
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	15.305	20.754
Destinação do lucro do exercício:							
Constituição de reserva legal	14.2.1	-	765	-	-	(765)	-
Dividendos obrigatórios	14.2.2	-	-	-	-	(145)	(145)
Dividendos adicionais propostos	14.2.2	-	-	-	3.681	(3.681)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	14.2.3	-	-	10.714	-	(10.714)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		<u>392.000</u>	<u>970</u>	<u>14.578</u>	<u>3.681</u>	<u>-</u>	<u>411.229</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		15.305	22.028
Ajustes para conciliar o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Impostos sobre o lucro correntes e diferidos	18.i	9.959	9.433
Depreciação e amortização	16	24.998	18.477
Provisão para manutenção técnica	12	12.997	3.820
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6 e 17	152	909
Juros e variações monetárias líquidas		92.898	66.324
Provisão para demandas judiciais	13	27	(203)
Amortização custo de captação	11.ii	1.005	1.001
Variação dos ativos e passivos:			
Contas a receber		(4.374)	(252)
Estoque		(1.693)	(1.960)
Impostos a recuperar		(3.037)	(8.132)
Despesas antecipadas		(610)	111
Adiantamentos diversos		828	8.592
Deposito judicial		(44)	(17)
Fornecedores		86.750	13.114
Adiantamento de clientes		2.321	2.179
Obrigações trabalhistas		(2.457)	5.865
Impostos a recolher		(27.736)	4.994
Outras contas a pagar		2.004	44
Caixa gerado pelas atividades operacionais:		<u>209.293</u>	<u>146.327</u>
Juros pagos	11.ii	(38.817)	(18.538)
Impostos sobre o lucro pagos		(14.111)	(3.116)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>156.365</u>	<u>124.673</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição do imobilizado		(53)	(867)
Adições ao intangível e ativo de contrato		(544.950)	(420.646)
Adiantamentos para aquisição de intangível	8	-	(62.278)
Adições ao fundo restrito	11.v	(15.847)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(560.850)</u>	<u>(483.791)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital social	14.1	113.600	24.800
Captação de financiamento	11	444.569	199.197
Partes relacionadas		(3.696)	12.057
Custos de captação de financiamento	11	-	(1.836)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>554.473</u>	<u>234.218</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>149.988</u>	<u>(124.900)</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do exercício	5	149.617	274.517
No fim do exercício	5	299.605	149.617
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>149.988</u>	<u>(124.900)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta de serviços prestados	15	395.189	322.051
Receita de construção	15	514.406	374.181
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	16	(152)	(909)
Outras receitas operacionais		-	80
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custos de construção	16	(514.406)	(374.181)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(167.749)	(131.988)
VALOR ADICIONADO BRUTO		<u>227.288</u>	<u>189.234</u>
Depreciação e amortização	16	(24.998)	(18.477)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		<u>202.290</u>	<u>170.757</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	18	19.594	30.371
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		<u><u>221.884</u></u>	<u><u>201.128</u></u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal:			
Remuneração direta		41.738	42.609
Benefícios		9.332	9.335
FGTS		2.203	2.028
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais		43.420	37.271
Estaduais		912	382
Municipais		21.287	17.567
Remuneração de capitais de terceiros:			
Juros	18	72.713	66.078
Aluguéis		214	507
Outros		14.760	3.323
Remuneração de capitais próprios:			
Lucros retidos		15.305	22.028
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		<u><u>221.884</u></u>	<u><u>201.128</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A. (“CAAM”, “Bloco Norte” ou “Companhia”) foi constituída em 11 de junho de 2021 e tem por objeto social exclusivo a exploração, sob o regime de concessão do Aeroporto de Manaus - AM - Eduardo Gomes (“Aeroporto de Manaus”), de Porto Velho - RO - Governador Jorge Teixeira de Oliveira (“Aeroporto de Porto Velho”), de Rio Branco - AC - Plácido de Castro (“Aeroporto de Rio Branco”), de Boa Vista - RR - Atlas Brasil Cantanhede (“Aeroporto de Boa Vista”), de Cruzeiro do Sul - AC (“Aeroporto de Cruzeiro do Sul”), de Tabatinga - AM (“Aeroporto de Tabatinga”) e de Tefé - AM (“Aeroporto de Tefé”), a prestação dos serviços de execução, gestão e fiscalização dos serviços necessários à ampliação, manutenção e exploração dos Aeroportos da Amazônia.

Contrato de concessão

Em 20 de setembro de 2021, a Companhia e a Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC” ou “Poder Concedente”) assinaram o contrato de concessão do “Bloco Norte”, com o período correspondente a 30 anos extensível por mais 5 anos (“Contratos de Concessão”).

Integram a concessão os bens necessários para a prestação do serviço de exploração aeroportuária disponibilizados pelo poder público e incorporados pela Companhia. Os investimentos em obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, não são passíveis de reembolso. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a infraestrutura do complexo aeroportuário.

Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário dos Aeroportos da Amazônia, a Companhia pagou em 28 de setembro de 2021 uma contribuição inicial fixa de R\$429.818, decorrente da oferta realizada no respectivo leilão.

A Companhia pagará ao poder concedente contribuição variável nos percentuais de acordo com a tabela abaixo sobre a receita bruta (não incidente sobre a receita de construção reconhecida como efeito da Interpretação Técnica - Contratos de Concessão - ICPC 01(R1)).

<u>Período</u>	<u>Alíquota</u>
Da data de eficácia do contrato até o quarto ano-calendário completo	Zero
Quinto ano	0,79%
Sexto ano	1,58%
Sétimo ano	2,37%
Oitavo ano	3,16%
Até o final da concessão	3,95%

Como parte das atividades de concessão, a Companhia será remunerada pelas receitas tarifárias de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia e receitas não tarifárias relacionadas à exploração de atividades econômicas que envolvam a utilização de espaços no complexo aeroportuário.

Fases contratuais

Considerando que a data de eficácia do contrato de concessão é o dia 22 de outubro de 2021 e que a Fase I-A foi o período de transferência das operações do operador aeroportuário para a Concessionária no início de 2022, a fase denominada Fase I-B, que é o período de ampliação e adequação dos aeroportos pela Concessionária conforme o que está especificado no PEA, teve seu término no final de novembro de 2024.

O início da Fase II que é a fase em que a Concessionária deverá cumprir integralmente as obrigações estabelecidas no PEA, incluindo ampliação, manutenção e exploração dos Aeroportos de acordo com as Especificações Mínimas da Infraestrutura Aeroportuária e o nível de serviço requerido, que se iniciou imediatamente após o término da Fase I-B citada acima e seu término será o fim do prazo contratual de concessão.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão evidenciadas e correspondem às práticas utilizadas na sua gestão.

Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

3. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As práticas contábeis materiais adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir.

3.1. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.1.1. Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; (b) ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado; e (c) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da natureza e finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

3.1.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” - os quais não são aplicáveis à Companhia, “Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado” ou “Outros passivos financeiros”.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo, fornecedores e outras contas a pagar) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, acrescidos de multa por inadimplências.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

3.3. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los na apuração tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data de divulgação das demonstrações financeiras.

3.4. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.5. Outros ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

3.6. Ativos intangíveis e ativo de contrato

(i) Infraestrutura

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da Interpretação Técnica - ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operando e mantendo essa infraestrutura durante determinado prazo. O contrato de concessão estabelecido entre a ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil e a Companhia não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura. O contrato estabelece também o pagamento pela Companhia ao poder concedente em ativos financeiros além da obrigação de ampliação da infraestrutura existente. As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados aos usuários.

Para o reconhecimento do ativo intangível, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 05 - item 38, nos contratos de concessão consideram-se bens vinculados à concessão aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos.

Para os bens não vinculados à concessão, o pronunciamento técnico CPC 05 - item 40, descreve que esses ativos devem ser classificados no ativo imobilizado e que sejam aplicados os critérios de avaliação do pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado.

(ii) Direito de outorga

O contrato de concessão obtido pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de execução. Dessa forma, o gasto com o direito de outorga da concessão foi registrado ao valor justo na data inicial, sendo a amortização calculada pela curva de demanda chamada de WLU ("workload unit") ao longo do prazo da concessão.

(iii) Ativo de contrato

De acordo com o item 19 do ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão, determina que os ativos durante a fase de melhoria e construção, devem ser classificados como Ativo de contrato.

3.7. Empréstimos e Financiamentos

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.8. Reconhecimento de receita

3.8.1. Receitas de serviços prestados

A receita de serviços prestados é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

- i) Receita tarifária - Receita de serviços tarifários são reconhecidos quando há a efetiva utilização dos serviços, equipamentos, das instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contemplam as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia. Esses serviços são prestados e tarifados de acordo com as regras previstas no contrato de concessão e com as diretrizes do órgão regulador - ANAC.
- ii) Receitas de serviços não tarifários contemplam a exploração de atividades econômicas no aeroporto como: cessão de espaços, exploração de serviços de estacionamentos e outros serviços auxiliares às áreas comerciais do sítio aeroportuário. Estas receitas não são regidas por nenhuma regra estabelecida pelo poder concedente, são negociadas livremente entre as partes contratadas e registradas mediante a efetiva prestação do serviço.

3.8.2. Receitas de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente considerando a interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e detalhado na nota nº 3.6(i). Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços de construção, quando incorridos. A administração entende, baseado em análises e cálculos suporte, que a margem de supervisão das obras é imaterial para fins de mensuração. Logo, receita de construção é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, com margem próxima a zero.

3.9. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação básico utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). Devido ao fato de não haver efeitos diluidores, o resultado por ação básico é igual ao resultado por ação diluído.

3.10. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pelo órgão regulador, como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar para fins de IFRSs, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.11. Mudanças das práticas contábeis e divulgações Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) que são aderentes ao contexto operacional e financeiro são os seguintes:

Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024:

Norma	Descrição da alteração
Alterações à IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	O grupo adotou as alterações à IAS 1, publicadas em janeiro de 2020, pela primeira vez no exercício corrente. As alterações 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes no final do período de relatório, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas no final do período de relatório, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

Norma	Descrição da alteração
<p>Alterações à IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores</p>	<p>O grupo adotou as alterações à IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores pela primeira vez no exercício corrente. As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores, como um exemplo, dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez.</p>
<p>Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com "covenants"</p>	<p>As alterações indicam que apenas "covenants" que uma entidade deve cumprir no ou antes do final do período de relatório afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses "covenants" afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do "covenant" é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um "covenant" com base na condição financeira da entidade na data do relatório, que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório). O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um "covenant" após o período de relatório. Porém se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de "covenants" pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a entidade divulga informações que permite aos usuários das demonstrações financeiras entender o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso incluiria informações sobre os "covenants" (incluindo a natureza dos "covenants" e quando a entidade deve cumpri-los), o valor contábil dos passivos correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indiquem que a entidade pode enfrentar dificuldades para cumprir os "covenants".</p>

Norma	Descrição da alteração
Alteração à IFRS 16 - Arrendamentos - Passivo de Arrendamento em uma Transação de "Sale and Leaseback"	<p>As alterações à IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de "sale and leaseback" que satisfazem as exigências da IFRS 15 para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine 'pagamentos de arrendamento' ou 'pagamentos de arrendamento revisados' de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido por ele, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança nos termos do arrendamento) aplicando as exigências gerais da IFRS 16. Esse pode ter sido particularmente o caso em um "leaseback" que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Como parte das alterações, o IASB alterou o Exemplo Ilustrativo da IFRS 16 e acrescentou um novo exemplo para ilustrar a mensuração subsequente do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em uma transação de "sale and leaseback" com pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Os exemplos ilustrativos também esclarecem que o passivo resultante de uma transação de "sale and leaseback" que se qualifica como venda na aplicação da IFRS 15 é um passivo de arrendamento. O vendedor-arrendatário aplica as alterações retrospectivamente de acordo com a IAS 8 a transações de "sale and leaseback" celebradas após a data da aplicação inicial, que é definida como o início do período anual de relatório no qual a entidade aplicou a IFRS 16 pela primeira vez.</p>

As alterações em pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2024 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

A Companhia avaliou os impactos nas divulgações das demonstrações financeiras referentes às IFRSs novas e revisadas, conforme segue:

Norma	Descrição da norma
Alterações à IAS 21	<p>As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for. As alterações afirmam que uma moeda é conversível por outra moeda quando a entidade consegue obter a outra moeda dentro de um período que permite um atraso administrativo normal e através de um mecanismo de mercado ou cambial no qual uma transação de câmbio criaria direitos e obrigações exequíveis.</p> <p>A entidade avalia se a moeda é conversível por outra moeda na data de mensuração e para um fim específico. Se a entidade conseguir obter apenas um valor insignificante da outra moeda na data de mensuração para o fim específico, a moeda não é conversível por outra moeda.</p> <p>A avaliação sobre se a moeda é conversível por outra moeda depende da capacidade da entidade de obter a outra moeda e não de sua intenção ou decisão de fazer isso.</p> <p>Quando a moeda não é conversível por outra moeda na data de mensuração, a entidade deve estimar a taxa de câmbio à vista naquela data. O objetivo da entidade ao estimar a taxa de câmbio à vista é refletir a taxa na qual uma transação de câmbio organizada ocorreria na data de mensuração entre participantes de mercado em condições econômicas vigentes.</p> <p>Os diretores da Companhia esperam que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do grupo no futuro.</p>
IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras	<p>A IFRS 18 substitui a IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências na IAS 1 não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 - Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33 - Lucro por Ação.</p> <p>Os diretores da Companhia esperam que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do grupo no futuro.</p>

Norma	Descrição da norma
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	<p>A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras.</p> <p>A subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS.</p> <p>Os diretores da Companhia não esperam que a IFRS 19 seja aplicada para fins das demonstrações financeiras consolidadas do grupo.</p>

Não houve novas publicações até a data de emissão dessas demonstrações financeiras.

3.12. “Impairment” de ativos não financeiros

As revisões de “impairment” de ativos não financeiros são realizadas anualmente ou se se houver indícios de que o ativo possa ter sofrido desvalorização.

Uma perda por “impairment” é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram identificadas pela administração da Companhia evidências objetivas que justifiquem o registro de perdas de “impairment”.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS APRESENTADAS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações financeiras da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Abaixo detalhamos os principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas apresentadas.

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base nas projeções dos lucros tributáveis futuros. Na determinação desses montantes foram utilizadas as alíquotas previstas para recuperação ou liquidação desses valores.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (nota nº 18).

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

(b) Provisão para manutenção técnica

As provisões para manutenções técnicas representam os gastos estimados para manter as superfícies pavimentadas do aeroporto nos níveis mínimos de qualidade, conforme critérios estabelecidos no contrato de concessão. Os valores são reconhecidos a valor presente dos gastos estimados futuros levantados com base em estudos técnicos realizados internamente, de modo a refletir a melhor estimativa dos gastos que serão incorridos.

(c) Cálculo da provisão para perda de créditos esperada

Ao mensurar a PECLD a Companhia usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros.

A inadimplência é uma estimativa da perda resultante da falta de pagamento dos clientes das faturas registradas no contas a receber. Ela se baseia na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor espera receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e as melhorias de crédito totais.

A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração da PECLD e representa uma estimativa da perda durante um período específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras, baseados ou negociações atuais.

(d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece a amortização no resultado de acordo com a WLU (“workload unit”), respeitando os limites impostos pela vida útil inferior ao prazo de concessão, amortizados pelo método linear de acordo com a respectiva taxa de amortização, e de forma prospectiva, com base no prazo remanescente da concessão. O reconhecimento do valor justo do ativo intangível decorrente dos contratos de concessão está sujeito a premissas e estimativas, e o uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. A estimativa de vida útil do ativo intangível também requer um significativo nível de premissas e estimativas (definição da curva). O uso de diferentes premissas e estimativas, e mudanças futuras podem afetar a vida útil dos ativos intangíveis e podem ter um impacto relevante no resultado das operações.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fundo fixo	996	491
Bancos conta movimento	7.947	21.176
Aplicações financeiras	<u>290.662</u>	<u>127.950</u>
	<u>299.605</u>	<u>149.617</u>

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, as aplicações financeiras são de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB remunerados a taxas que variam entre 100,25% e 103,2% dos Certificados de Depósitos Bancários - CDB (102% e 103,2% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

6. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Contas a receber	34.682	30.996
(-) Provisão para perda de créditos esperada	<u>(4.172)</u>	<u>(4.020)</u>
	<u>30.510</u>	<u>26.976</u>

(a) Movimentação da provisão para perda de créditos esperada:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo no início do exercício	(4.020)	(3.111)
Provisão	(1.273)	(2.792)
Reversão	<u>1.121</u>	<u>1.883</u>
Saldo no final do exercício	<u>(4.172)</u>	<u>(4.020)</u>

A provisão para perda de créditos esperada sobre contas a receber de clientes são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de inadimplência passada do devedor e em uma análise da atual condição financeira atual do devedor, ajustadas com base em fatores específicos dos devedores, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam e uma avaliação do curso atual e projetado das condições na data de relatório. A Companhia constituiu provisão para perda de créditos esperada para a maior parte do contas a receber que continham faturas vencidas há mais de 90 dias e com base nas avaliações individualizadas por cliente.

(b) Composição do contas a receber por idade de vencimento (em dias)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
A vencer	27.136	24.505
< 30	2.077	1.811
31-60	532	622
61-90	333	323
91-120	194	63
>120	<u>4.410</u>	<u>3.673</u>
	<u>34.682</u>	<u>30.996</u>

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Créditos de PIS e COFINS	17.049	18.722
Saldo negativo de IRPJ e CSLL	15.189	11.461
Outros créditos tributários	982	-
	<u>33.220</u>	<u>30.183</u>

8. INTANGÍVEL E ATIVO DE CONTRATO

A composição e movimentação do intangível está representada a seguir:

(i) Composição do intangível

	Taxas anuais de amortização (%)	<u>31/12/2024</u>			<u>31/12/2023</u>
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direito de concessão	(*)	429.818	(43.311)	386.507	401.700
Direito de exploração	(*)	1.066.054	(14.891)	1.051.163	343.990
Software	20	7.074	(241)	6.833	3.544
		<u>1.502.946</u>	<u>(58.443)</u>	<u>1.444.503</u>	<u>749.234</u>
Ativo de contrato	(**)	<u>233.765</u>	-	<u>233.765</u>	<u>473.664</u>

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão foi reconhecida na rubrica de custos dos serviços prestados, considerando o prazo de concessão através do método da curva de demanda de passageiros e cargas (WLU - "workload unit") conforme a vida útil econômica do bem. Os itens referentes ao contrato de concessão são investimento para concessão (reforma e ampliação) e outorga. A média ponderada para amortização dos ativos referentes ao contrato de concessão para o exercício de 2024 é de 2,388% a.a. e 2,143% a.a. em 2023. Os encargos financeiros capitalizados em 2023 foram de R\$27.887 (R\$18.670 em 2023) conforme nota explicativa nº 11.

(**) O saldo de R\$233.765 (R\$473.664 em 2023) é relativo as obras e melhorias de infraestrutura em andamento, conforme a nota explicativa nº 3.6 (iii). Em 2024, a Concessionária reclassificou os valores para ativo de contrato de maneira comparativa à 2023, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 47 - Receita de contrato com cliente.

(ii) Movimentação do intangível

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo no início do exercício	1.222.898	739.408
(+) Juros capitalizados (nota nº 11.ii)	27.887	18.670
(+) Adições ao intangível em andamento (nota nº 15)	514.406	374.181
(+) Adiantamentos à fornecedores	(65.066)	62.278
(+) Adições	2.676	46.465
(-) Transferência para o imobilizado	(19)	-
(-) Amortizações	<u>(24.515)</u>	<u>(18.104)</u>
Saldo no final do exercício	<u>1.678.267</u>	<u>1.222.898</u>

(iii) Redução do valor recuperável dos ativos (“Impairment”)

Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 01/IAS 36, para bens com vida útil definida somente é necessário realizar o teste de “impairment” uma vez que indícios forem identificados. Em 31 de dezembro de 2024, não foram identificados indícios de “impairment” para que o teste fosse realizado.

9. FORNECEDORES

O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2024 era de R\$82.130 (R\$60.446 em 2023) e em 31 de dezembro de 2024, estão registrados valores à título de retenções contratuais na rubrica de fornecedores o montante de R\$24.427 (R\$16.505 em 2023). Essas retenções estão previstas para serem devolvidas em período inferior de 12 meses.

10. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas são:

	31/12/2024				
	Saldo contábil		Despesas	Transações	
	Passivo	Ativo		Gastos Capitalizados	Dividendos a pagar
VINCI Airports SAS (i)	46.670	-	6.938	-	145
Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A. (ii)	16.864	-	18.632	-	-
VINCI Concessions (iii)	2.039	554	426	-	-
Sisnergy Soluções e Sistemas Integrados LTDA. (iv)	4.712	1.353	70	27.754	-
Vinci Highways do Brasil (v)	-	314	314	-	-
Vinci Siege Social (vi)	116	-	116	-	-
Total	70.401	2.221	26.496	27.754	145

	31/12/2023				
	Saldo contábil		Despesas	Transações	
	Passivo	Ativo		Gastos Capitalizados	Dividendos a pagar
VINCI Airports SAS (i)	44.313	-	5.543	-	39
Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A. (ii)	35.496	-	15.401	-	-
VINCI Concessions (iii)	725	465	64	-	-
Sisnergy Soluções e Sistemas Integrados LTDA. (iv)	-	-	-	17.413	-
Total	80.534	465	21.009	17.413	39

- (i) Refere-se a reembolso de gastos incorridos relativos em particular ao leilão, às garantias de financiamento, gastos com apoio a implantação da concessão, consultoria técnica, uso da marca, contratação de seguros e reembolso de despesas.
- (ii) Refere-se a reembolso de despesas pagas com prazo contratual de 4 anos e com emissões mensais de cobrança, com prazo de 20 dias para pagamento sem previsão de juros contratuais e gastos com mão-de-obra, máquinas e equipamentos.
- (iii) Refere-se a reembolso dos gastos relativos ao pagamento de ações do programa CASTOR.
- (iv) Refere-se a contratação de serviços de engenharia na obra de expansão e adequação dos complexos aeroportuários. No ativo, na rubrica do intangível.
- (v) Referem-se a reembolso de despesas pagas, com prazo de pagamento de 20 dias.
- (vi) Referem-se a reembolso de despesas pagas, marca e/ou “royalties” com prazo de pagamento de 20 dias.

Não foram dadas ou recebidas nenhuma garantia em relação aos valores aqui apresentados.

Os valores pagos ao pessoal-chave da administração à título de remuneração estão demonstrados na nota explicativa nº 16.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures - 2ª emissão	R\$	723.591	513.775
Empréstimos	R\$	752.155	449.369
(-) Custos de captação	R\$	(21.464)	(22.469)
		<u>1.454.282</u>	<u>940.674</u>
Circulante	R\$	53.834	-
Não circulante	R\$	1.400.448	940.674
		<u>1.454.282</u>	<u>940.674</u>

Debêntures

A segunda emissão de debêntures da Companhia foi contratada no âmbito do financiamento de longo prazo do projeto em conjunto com a Cédula de Crédito Bancário (CCB) citada abaixo. Esta emissão foi estruturada da seguinte forma:

- 1ª série, desembolsada em 23 de dezembro de 2022 no valor de R\$457.000, com taxa de juros de IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo acrescido de 7,17% ao ano, tendo amortização semestral e pagamento de juros semestral, com primeiro vencimento do principal em maio de 2026 e com vencimento final em novembro de 2046.
- 2ª série, desembolsada em março de 2024 no valor de R\$143.000, tem mesmas condições da 1ª série.

Empréstimos

No âmbito do financiamento de longo prazo a Companhia emitiu a Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) com o Banco da Amazônia S.A. (“BASA”) no valor total de R\$750.000.

O empréstimo é dividido em 2 subcréditos, “A” e “B”, com taxas de juros contratuais de IPCA +1,6812% a.a. e IPCA + 2,0549% a.a. respectivamente, tendo pagamentos de juros mensalmente e amortização mensal, com vencimento inicial em agosto de 2025 e pagamento final em janeiro de 2046.

A 1ª liberação da Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) foi realizada em 28 de dezembro de 2022, no valor de R\$249.181, sendo R\$35.329 do subcrédito “A” e R\$213.852 do subcrédito “B”, enquanto a 2ª liberação ocorreu no dia 14 de setembro de 2023, no valor de R\$199.250, sendo R\$28.249 do subcrédito “A” e R\$171.001 do subcrédito “B”, já a 3ª liberação ocorreu no dia 1º de fevereiro de 2024, sendo R\$21.891 do subcrédito “A” e R\$132.508 do subcrédito “B”, e por último a 4ª liberação ocorreu no dia 15 de julho de 2024, sendo R\$20.867 do subcrédito “A” e R\$126.313 do subcrédito “B” totalizando aproximadamente os R\$750.000 contratados.

(i) Prazo de vencimento

	31/12/2024	31/12/2023
2025	53.834	-
2026	93.965	26.213
2027	98.102	41.585
2028 até 2046	1.229.845	895.345
	<u>1.475.746</u>	<u>963.143</u>

(ii) Movimentação

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo no início do exercício	940.674	685.402
(+) Captação	444.569	199.197
(+) Provisão de juros	78.964	56.778
(+) Encargos capitalizados (nota nº 8.ii)	27.887	18.670
(-) Juros pagos	(38.817)	(18.538)
(-) Custos de transação	-	(1.836)
(+) Amortização custo de transação	1.005	1.001
Saldo no final do exercício	<u>1.448.833</u>	<u>940.674</u>

(iii) Cláusulas de vencimento antecipado - “covenants”

As debêntures e as cédula de crédito bancário (BASA) possuem cláusulas de vencimento antecipado com cumprimento de obrigações financeiras e não-financeiras (“covenants”).

Para ambos os instrumentos de financiamento a Companhia é requerida anualmente a manutenção do valor mínimo de 1,3 do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) o qual possui seu cálculo especificado nos respectivos contratos.

Para o exercício de 2024, não há obrigação de aplicação de “covenants” financeiros que somente serão aplicáveis no exercício de 2025 e para os “covenants” não-financeiros não foram identificadas cláusulas não cumpridas.

(iv) Fianças bancárias

Para a CCB emitida junto ao BASA, são emitidas cartas de fiança bancária junto aos bancos conforme os desembolsos forem sendo realizados na proporção de: Santander (60,00%), BNP Paribas (26,67%) e ABC Brasil (13,33%).

Para o primeiro desembolso, realizado em 28 de dezembro de 2022, para o segundo desembolso realizado em 14 de setembro de 2023, para o terceiro desembolso realizado em 1º de fevereiro de 2024 e finalmente o quarto desembolso realizado em 15 de julho de 2024 as cartas foram emitidas de acordo com a proporção indicada.

Existem “covenants” não-financeiros a serem cumpridos para as fianças bancárias, relacionadas principalmente à: cumprimento à legislação aplicável, uso dos recursos limitado ao escopo do projeto, pagar todas as obrigações de cunho previdenciário, ambiental, trabalhista, e tributária, envio de relatórios técnicos e financeiros de acordo com os prazos estipulados, não realizar determinadas operações financeiras sem prévia anuência dos fiadores entre outras obrigações.

(v) Fundo restrito

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da rubrica Fundo restrito no montante de R\$15.847 sendo que R\$12.007 é mantido como garantia de pagamento do valor correspondente a 6 parcelas do financiamento com o Banco BASA e R\$3.840 é mantido como garantia de pagamento da parcela para as debêntures do BNDES.

12. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO TÉCNICA

Em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$47.739 (R\$40.993 em 2023) da rubrica provisão para manutenção técnica representa os gastos previstos para realização de programas de manutenção pesada, referentes principalmente às pistas de pouso e decolagem os quais se iniciam após 2025 e, por isso, foram classificados no passivo não circulante.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo no início do exercício	40.993	27.874
(+) Adições	17.813	3.412
(+/-) Juros (nota nº 17)	(6.251)	9.300
(+/-) Outros	(4.816)	408
Saldo no final do exercício	<u>47.739</u>	<u>40.993</u>

13. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia é réu em ações de causa indenizatórias trabalhistas no valor de R\$187 (R\$160 em 2023) classificadas, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, como de perda provável, relacionadas a processos trabalhistas.

A Companhia também tem ações de natureza administrativa e cível envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis no montante estimado de R\$6.414 (R\$8.108 em 31 de dezembro de 2023).

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1. Capital social

Em 5 de Julho de 2023, foi integralizado o montante de R\$24.800 em moeda corrente nacional pela acionista Vinci Airport SAS, correspondente a 24.800.000 ações sem valor nominal.

Nas datas de 09 de janeiro de 2024, 15 de março de 2024, 5 de abril de 2024 e 4 de outubro de 2024, foram integralizados os montantes de R\$48.896, R\$38.710, R\$23.880 e R\$2.114 respectivamente, correspondente a 113.600.000 ações sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social e o quadro acionário da Companhia estão representados a seguir:

Acionista	Participação	Quantidade de Ações nominais	Capital social		
			Subscrito	A integralizar	Integralizado
Vinci Airports SAS	100,00%	760.000.000	760.000	368.000	392.000

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social e o quadro acionário da Companhia estão representados a seguir:

Acionista	Participação	Quantidade de Ações nominais	Capital social		
			Subscrito	A integralizar	Integralizado
Vinci Airports SAS	100,00%	760.000.000	760.000	481.600	278.400

14.2. Reservas de lucros

14.2.1. Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. No exercício de 2024 a Companhia constituiu o montante de R\$765 (R\$205, em 2023) de reserva legal. A reserva tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente pode ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	15.305	22.028
(-) Absorção de prejuízos acumulados	-	(17.920)
	<u>15.305</u>	<u>4.108</u>
Percentual	<u>5%</u>	<u>5%</u>
Reserva legal	<u>765</u>	<u>205</u>

14.2.2. Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Abaixo demonstramos o cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	20.754	22.028
(-) Absorção de prejuízos acumulados	-	(17.920)
(-) Reserva legal (nota explicativa nº 14.2.1)	(765)	(205)
Base para dividendos mínimos obrigatórios	<u>14.540</u>	<u>3.903</u>
Percentual estatutário	<u>1%</u>	<u>1%</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>145</u>	<u>39</u>
Centavos por ação em R\$0,00	0,00019	0,00005

Foram constituídos dividendos adicionais no montante de R\$3.681, dentro dos 25% sobre o lucro líquido permitidos, em função de cláusulas contratuais relacionadas aos contratos de financiamento, propostos pela Administração "ad referendum" da Assembleia dos Acionistas, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com a interpretação técnica ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendo, e serão pagos em data a ser definida pelos acionistas em Assembleia Geral.

14.2.3. Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2024, foi constituído o valor de R\$10.714 à título de retenção de lucros, qual o saldo da reserva era de R\$14.578 (R\$3.864 em 2023).

15. RECEITA DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita de embarque e conexão	110.594	89.486
Receita de pouso e permanência	42.539	36.542
Receita de armazenagem e capatazia	194.968	151.195
Receita de cessão de espaço	46.204	44.606
Outras receitas	884	222
	<u>395.189</u>	<u>322.051</u>
(-) Impostos sobre o faturamento	(54.226)	(43.986)
(-) Descontos e devoluções	(3.763)	(354)
Receita líquida	<u>337.200</u>	<u>277.711</u>

Receita de construção

Em 31 de dezembro de 2024, o montante referente a receita de construção registrada foi de R\$514.406 (R\$374.181 em 2023).

16. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

(a) Custo operacional

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Operações aeroportuárias	(72.781)	(77.331)
Conservação e manutenção	(39.277)	(34.224)
Custos com pessoal	(33.215)	(27.272)
Depreciação e amortização	(24.998)	(18.477)
Gastos gerais	(18.509)	(9.548)
Seguros e Garantias	(5.479)	(5.041)
Provisão para manutenção técnica (nota nº 12)	(12.997)	(3.820)
Material, equipamentos, aluguel e manutenção de veículos	(1.970)	(2.593)
Total dos custos operacionais	<u>(209.226)</u>	<u>(178.306)</u>

(b) Custo de construção

Os custos de obra de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na Instrução Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

A Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$514.406 (R\$374.181 em 2023) como custo de construção.

17. DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Despesas gerais e administrativas</u>		
Despesas com pessoal	(11.902)	(15.198)
Viagens	(1.812)	(1.746)
Comunicação, marketing e publicidade	(2.185)	(2.095)
Consultoria e assessoria	(1.212)	(1.986)
Honorários da diretoria	(919)	(1.230)
Outros gastos gerais e administrativos (i)	(16.561)	(6.250)
Total das despesas gerais e administrativas	<u>(34.591)</u>	<u>(28.505)</u>
<u>Despesas com vendas</u>		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(152)	(909)
Perdas permanentes	(9)	-
Total das despesas com vendas	<u>(161)</u>	<u>(909)</u>
Outras receitas e despesas operacionais	17	286
	<u>(34.735)</u>	<u>(29.127)</u>

(i) Provisões no montante de R\$3.200 para pagamento de licenças necessárias para a operação dos 7 aeroportos e provisões para prováveis multas contratuais no montante de R\$7.600.

18. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicação financeira	17.424	26.499
Juros recebidos	688	1.112
Descontos obtidos	151	10
Outras receitas financeiras	1.331	2.750
Total das receitas financeiras	<u>19.594</u>	<u>30.371</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre financiamento	(78.964)	(56.778)
Juros sobre passivos de longo prazo	6.251	(9.300)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(478)	(112)
Variação cambial passiva	(8.390)	(865)
Outras despesas financeiras	(5.988)	(2.132)
Total das despesas financeiras	<u>(87.569)</u>	<u>(69.187)</u>
	<u>(67.975)</u>	<u>(38.816)</u>

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(i) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	325.264	31.461
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	<u>(8.590)</u>	<u>(10.697)</u>
<u>Diferenças permanentes</u>		
Despesas indedutíveis	57	22
Outras adições permanentes	(1.426)	3.603
Compensação de prejuízos fiscais	-	(2.361)
Efeito de IRPJ e CSLL no resultado	<u>(9.959)</u>	<u>(9.433)</u>
IRPJ e CSLL Diferidos	2.955	(33)
IRPJ e CSLL Correntes	(12.914)	(9.400)
Total do IRPJ e CSLL	<u>(9.959)</u>	<u>(9.433)</u>

(ii) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia possui somente registrados impostos diferidos ativos calculados sobre diferenças temporárias.

Impostos diferidos - composição

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Diferenças temporárias		
Provisão para manutenção técnica (nota nº 12)	47.739	40.993
Provisão para perda de créditos esperada (nota nº 6)	4.172	4.020
Provisão para demandas judiciais (nota nº 13)	187	160
Outras diferenças temporárias	9.879	8.112
	<u>61.977</u>	<u>53.286</u>
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Diferido ativo - diferenças temporárias	<u>21.072</u>	<u>18.117</u>

(iii) Saldos de antecipações de IRPJ e CSLL

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui saldos de pagamentos antecipados de IRPJ e CSLL oriundos dos recolhimentos realizados durante o exercício no montante de R\$15.189 (R\$11.461 em 31 de dezembro de 2023) registrados na rubrica de impostos a recuperar, que devem ser compensados com impostos devidos de períodos futuros.

20. COBERTURA DE SEGURO

A composição dos seguros da Companhia para 31 de dezembro de 2024 está representada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência até</u>	<u>Cobertura</u>
Riscos Operacionais (“property”)	Setembro/2025	R\$1.925.609
Responsabilidade Civil Aeronáutica	Dezembro/2025	USD500.000*
Riscos de Engenharia	Dezembro/2026	R\$808.939
Excesso de Guerra (AVN 5G)	Dezembro/2025	USD250.000*
Riscos Diversos (terrorismo)	Janeiro/2026	R\$340.000
Performance Bond	Setembro/2027	R\$138.211
Responsabilidade Civil Ambiental	Março/2026	R\$38.000
Responsabilidade Civil Geral	Setembro/2025	R\$10.000
Seguro Frota	Julho/2025	R\$750

*Valor em milhares de dólares

Seguro riscos operacionais (“property”) AIG

A Companhia contratou a cobertura de seguro no valor de R\$1.925.609 mil para cobertura pessoal ou de terceiros o pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou a pagar a terceiros a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 20 de setembro de 2025 e cobertura variável de acordo com os eventos ocorridos.

Seguro de responsabilidade civil aeronáutica (Starr)

Seguro tem por objetivo garantir indenização e/ou reembolso de despesas incorridas até o limite contratado, em decorrência da realização dos riscos cobertos, conforme estabelecido nas condições gerais, especiais e particulares. Com vigência até 31 de dezembro de 2025 com um limite de indenizações em caso de sinistro de aproximadamente USD500 mil.

Excesso de Guerra (AVN 52G- STARR)

A Companhia contratou cobertura adicional ao Seguro de Responsabilidade Civil Aeronáutica, com limite combinado de indenização no valor de USD250.000. A cobertura abarca as quantias devidas e/ou reembolsar as despendidas, pelo Segurado, na reparação de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros, e/ou nas ações emergenciais empreendidas para tentar evitá-los e/ou minorá-los, decorrente da Responsabilidade Civil Aeronáutica Riscos de Guerra, Sequestro e outros Riscos Correlatos, Responsabilidades Aeronáuticas - AVN 52G, em excesso à apólice primária, no exercício de funções decorrentes ou em conexão com suas operações de aviação, como proprietário e operador do respectivo Aeroporto do Segurado. O seguro possui vigência até 31 de dezembro de 2025.

Seguro de riscos diversos (terrorismo) (Chubb)

Seguro com vigência até janeiro de 2025 com cobertura de seguro no valor de R\$340.000 para casos de danos a estrutura e a terceiros em casos de tumulto, greves entre outros riscos diversos.

Seguro “performance bond (Pottencial)”

Este seguro abrange as obrigações no contrato de concessão com cobertura de R\$132.122. O seguro tem a finalidade de garantir à ANAC as obrigações contratuais da concessão, com vigência até 13 de setembro de 2027.

Seguro de responsabilidade civil ambiental (Axa)

A Companhia contratou a cobertura de seguro no valor de R\$38.000 com vigência até 20 de março de 2026 para indenizações por danos civis, relativa a reparações por danos materiais e/ou corporais causados à terceiros, ocorridos durante a vigência desde contrato e que decorram de riscos cobertos nele previstos.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado - taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva determinam as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

b) Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, que elaboraram um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

	<u>Até 1 ano</u>	<u>Entre 2 e 3 anos</u>	<u>Entre 4 e 5 anos</u>	<u>Maior que 5 anos</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	82.130	-	-	-	82.130
Financiamento	53.834	192.067	188.022	1.041.823	1.475.746
Total	<u>135.964</u>	<u>192.067</u>	<u>188.022</u>	<u>1.041.823</u>	<u>1.557.876</u>

c) Gestão do risco de capital

	Nota explicativa	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Empréstimos e Financiamentos	11	1.454.282	940.674
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	5	(299.605)	(149.617)
Menos: Fundo restrito	11	(15.847)	-
Dívida líquida		<u>1.138.830</u>	<u>791.057</u>
Total do patrimônio líquido		<u>411.229</u>	<u>282.469</u>
Índice de alavancagem financeira (%)		2,769	2,801

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

d) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2024, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

e) Classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos apresentados abaixo são mensurados pelo custo amortizado e não há variações significativas quando comparados com seu valor justo.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Ativos financeiros</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	299.605	149.617
Contas a receber	30.510	26.976
Adiantamentos diversos	1.645	2.473
Total dos ativos circulantes	<u>331.760</u>	<u>179.066</u>
<u>Passivos financeiros</u>		
Fornecedores	82.130	60.446
Adiantamento de clientes	7.591	5.270
Empréstimos e financiamentos	1.454.282	940.674
Outras contas a pagar	3.334	1.330
Total dos passivos circulantes	<u>1.547.337</u>	<u>1.007.720</u>

f) Risco de crédito

É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação as contas a receber), incluindo também depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Para as contas a receber a Companhia registra uma provisão para perdas esperadas de acordo com a probabilidade de os clientes honrarem com seus compromissos e para os valores relacionados a instituições financeiras, trabalha somente com bancos de primeira linha.

g) Risco de mercado

Risco da taxa de juros e inflação

Decorre da parcela da dívida atrelada à IPCA e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

Análise de sensibilidade da taxa de juros

As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base na exposição às taxas de juros de instrumentos financeiros na data de relatório. Para passivos com taxas de juros variáveis, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto na data de relatório estava em aberto durante todo o exercício. Um aumento ou uma redução de 10 pontos base é usado ao reportar o risco de taxa de juros internamente para o pessoal-chave da Administração e representa a avaliação da Administração da alteração razoavelmente possível nas taxas de juros. No quadro abaixo, consideramos no cenário I a taxa de juros atual, no cenário II uma redução de 10 pontos base e para o cenário III um aumento de 10 pontos base:

Operação	Risco	Taxa	Saldo em			
			31/12/2024	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Financiamento	IPCA	4,83%	1.475.746	71.279	64.151	78.406

* As taxas de CDI e IPCA utilizadas na tabela de sensibilidade como cenário provável foram obtidas no Banco Central do Brasil e IBGE, respectivamente.

22. RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO E DILUIDO

O lucro ou prejuízo básico por lote de ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	15.305	22.028
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	374.949	265.762
Resultado básico por ação e diluído - R\$	<u>0,0408</u>	<u>0,0829</u>

23. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Capitalização líquida de juros no ativo intangível (vide nota nº 7.ii)	27.887	18.670

24. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto completo das demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e concluíram que as referidas demonstrações traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e as aprovaram em 15 de maio de 2025.